



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mestre em economia na FEA-USP, é diretor da LCA Consultores e pesquisador-associado do FGV Ibre



Felicidade Interna Bruta (FIB)

Bem-estar não depende apenas do quadro econômico

Um working paper recém-publicado pelo FMI (Balasubramanian e Cashin, WP 2026/192) revisita a Felicidade Interna Bruta (FIB), conceito adotado pelo Butão nos anos 1970 como alternativa ao PIB para orientar políticas públicas.

Com quatro décadas de dados, os autores constatarem que o rápido crescimento da renda butanesa foi apenas fracamente associado à felicidade medida -algo alinhado ao chamado “paradoxo de Easterlin”, ainda que o índice de bem-estar tenha seguido avançando. A lição é antiga: renda é condição necessária, porém não suficiente, para o bem-estar.

O Brasil ilustra bem isso. O indicador de satisfação com a vida do World Happiness Report, que é medido em uma escala de 0 a 10, atingiu em 2022 o valor de 6,11, o

mínimo da série histórica iniciada em 2011. Desde então, avançou cerca de 8%, para 6,63 em 2025. Ainda assim, segue cerca de 5% abaixo do pico de 2014 (6,98). Vale notar que esses números refletem médias móveis de três anos.

Esse indicador, mais subjetivo, não tem se correlacionado muito bem com o chamado “índice de miséria” (ou de “infelicidade”), que é calculado pela soma da taxa de desemprego com a inflação. Com a desocupação em torno de 5,5% e o IPCA em 4,2% em 12 meses, o índice está ao redor de 9,7 pontos, nas mínimas de uma série que remonta a 1996. Em 2014, quando a satisfação com a vida atingiu o pico, ele superava 13 pontos. Nunca fomos tão “pouco miseráveis” na métrica macroeconômica -e, ainda assim, os brasileiros se declaram menos sa-

tisfeitos que há uma década.

Isso revela que o bem-estar, embora dependa bastante do quadro econômico, reflete outros fatores. A segurança é o mais evidente.

As taxas de homicídio vêm recuando expressivamente desde 2018, assim como outros delitos: as mortes violentas intencionais caíram para 19,1 por 100 mil habitantes em 2025, menor patamar da série do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (eram 27,7 em 2012).

Não obstante, pesquisas recentes da Quaest apontam a segurança/violência como o principal problema do país para cerca de 30% dos brasileiros. A percepção não é irracional: o patamar de homicídios segue elevado para padrões internacionais e, sobretudo, houve uma explosão dos crimes de estelionato, em boa medida virtuais

-foram 2,3 milhões de registros em 2025, alta de 430% desde 2018.

Como notou a revista The Economist em reportagem recente, as facções brasileiras migraram do tráfico para negócios mais lucrativos e menos violentos: menos assassinatos, mais dinheiro -e muito mais vítimas.

As bets são outro fator. Pesquisa AtlasIntel/Bloomberg publicada nesta semana mostra que 88,5% dos brasileiros consideram que as apostas online trazem somente prejuízos ou mais prejuízos do que benefícios à sociedade. A percepção tem respaldo empírico. Estudo recente de Carvalho, Firpo, Freitas e Scatimburgo, que cruza transações bancárias com o registro de crédito do BC, estimou que começar a apostar eleva em 20% a probabilidade de inadimplência (39% no cartão), reduz o limite de

crédito em 16% e derruba em 43% a variação mensal do saldo em conta. Há também causalidade reversa: a dificuldade financeira prévia eleva a chance de começar a apostar.

Em suma, as políticas públicas devem buscar maximizar o bem-estar intertemporal da sociedade, o que implica olhar para a dimensão econômica, mas também para segurança, saúde, educação e regulação de atividades que geram externalidades negativas (como poluição e mudanças climáticas).

E é preciso que haja sustentabilidade nisso -que o bem-estar de hoje não seja comprado às custas do de amanhã, daí a necessidade de contas públicas equilibradas e de um endividamento público não explosivo.

Não há FIB duradoura sem PIB e sem responsabilidade fiscal.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas:
Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Empresário de SP aposta no potencial da Campanha Gaúcha para investir

/ VITIVINICULTURA

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

Localizada no Paralelo 31, a Região da Campanha Gaúcha, no Sul do Rio Grande do Sul, tem atraído empreendedores ao Estado. É no município de Candiota que o empresário Luiz Eduardo Batalha optou por instalar um projeto turístico milionário junto à construtora Joal Teitelbaum e ao enólogo Pascal Marty.

E as razões para chegar ao Estado estão justamente nas suas características.

“A resposta está no terroir, que fala de um solo com características próprias, de um clima definido e das pessoas desse local”, descreveu Marty ao contar da sua escolha.

Visão semelhante tem Batalha: “como paulista, tenho uma visão do Rio Grande do Sul que os gaúchos não têm. Para quem é de São Paulo, aqui é outro País,

porque é tudo diferente. E vir para cá é um sonho”, destacou o empresário.

O tema foi abordado no painel “Terroir gaúcho do Pampa para o mundo: Vinho, azeite, território e novas oportunidades”, realizado na quinta-feira, durante a Semana Caldeira.

A conversa reuniu Marty e Batalha e foi mediada por Claudio Teitelbaum, tendo como plano de fundo o projeto compartilhado pelos três: o Grand Terroir 31.

Fruto de um investimento de R\$ 380 milhões, o projeto ocupará uma área de 370 hectares e reunirá turismo, setor imobiliário e produção agropecuária.

É a iniciativa que Batalha vê como a síntese de sua carreira, que perpassa por diferentes setores do agronegócio e da indústria.

Na primeira etapa do projeto, são esperadas 51 casas em meio aos olivais, 49 vinhedos privados de um hectare e um hotel de luxo com 80 cabanas, de uma grife não anunciada, mas que Batalha diz



Batalha (d) falou do projeto que une turismo, construção, vinhos e azeites

ser inédita no País.

A ideia é que as famílias que adquirirem as propriedades poderão produzir, rotular e engarrafar seus próprios vinhos e azeites.

“Não estamos vendendo apenas um imóvel, mas a possibilidade de deixar um legado futuro, porque as famílias poderão colocar seus nomes nos produtos”, conta.

Eles enxergam o local como o próximo destino turístico do Rio Grande do Sul.

“A Serra Gaúcha e outros locais já são conhecidos, mas não se conectam com o gaúcho. A Campanha é onde está o gaúcho. E já tem diversos empreendimentos turísticos chegando”, acrescenta Batalha.

Caixa deve manter 60% do efetivo durante a greve

/ BANCOS

O ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), atendeu pedido liminar da Caixa Econômica Federal e determinou que os trabalhadores mantenham 60% do funcionamento dos serviços do banco durante a greve nacional da categoria.

A decisão foi dada na noite de quinta-feira, na ação do dissídio coletivo que será julgada amanhã. O ministro atendeu parte do pedido.

A Caixa queria manutenção de 80% do efetivo, o que foi negado. Os 60% do efetivo devem ser por agência, de forma presencial ou remota.

Há multa diária de R\$100 mil por sindicato que descumprir a ordem, válida a partir da divulgação ou intimação da decisão.